

Brasil quer mudar programa do G-7 para a Amazônia

Gm
27/10/99
07

A-9

Mauro Zanatta e Ismar Cardona
de Brasília

Depois de anos de comportamento passivo diante dos países doadores do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7), o governo brasileiro decidiu exigir mudanças nas regras do projeto a fim de acelerar o desembolso de recursos do Grupo dos Sete, que reúne as nações mais ricas do mundo.

O Ministério do Meio Ambiente está propondo "desengessar" o processo de liberação das doações. Hoje, um projeto leva uma média de três anos até o seu desembolso porque segue as mesmas regras de empréstimos tradicionais dos bancos para financiamento multilaterais.

A secretária da Amazônia, Mary Allegretti, defende uma nova política para o PPG7 por achar que a realidade brasileira atualmente é bem diferente do que era há oito anos quando o programa foi lançado. Naquela época, a política ambiental era tarefa praticamente exclusiva do governo federal, mas hoje já existe intensa parceria com os governos estaduais, municipais e ONGs.

A secretaria propõe a integração de todos os subprogramas ambientais hoje estão espalhados pelos ministérios do Meio Ambiente, Justiça e Ciência e Tecnologia. Mas não existe ainda consenso entre os três ministérios em relação à criação de um fundo unificado para financiar todos os projetos. Segundo fonte ligada a uma ONG, o ministério de Ciência e Tecnologia estaria resistindo à idéia por acreditar que ela implicaria perda de poder.

Além disso, Allegretti quer incluir no PPG7 a recuperação de áreas degradadas, que começam a ser utilizadas pelo plantio de soja na Amazônia, e a produção da agricultura familiar sustentável na região.

As mudanças foram sugeridas pela secretária da Amazônia durante entrevista coletiva, ontem, que antecedeu a abertura do encontro de participantes do PPG7. Até sexta-feira, representantes dos países doadores, do Banco Mundial e do governo brasileiro estarão reunidos em Brasília para discutir as modificações.

Allegretti quer estabelecer metas com prazos mais curtos e projetos com valores menores para que os recursos cheguem mais rápido nas mãos dos beneficiários. "Não se pode usar a mesma lógica de empréstimos para doações. Precisamos maior agilidade para fazer adaptações durante o andamento dos projetos". Em sua opinião, existe uma dinâmica muito grande nesses projetos, mas a margem de autonomia do governo brasileiro é quase nula.

Ela citou como exemplo, as queimadas na região amazônica: "Quando há um problema como esse, o PPG7 não nos dá agilidade para gastar parte do dinheiro das doações para combater o fogo".

No clima de mudanças, a secretária da Amazônia sugeriu aos representantes do G-7 a substituição da palavra "doadores" por "parceiros", segundo ela mais de acordo com a nova cara que o governo pretende dar ao programa. Allegretti acha que é preciso "varrer a postura colonialista dos países doadores e mudar o rumo estratégico dos investimentos do PPG7". Ela deu como exemplo de rigidez das regras do projeto o Subprograma de Recursos Naturais (SPRN), a cargo dos nove estados da Amazônia Legal. Dos US\$ 60 milhões doados pelo G7, foram gastos apenas US\$ 9 milhões em três anos. Isso porque, se um dos estados fica inadimplente, todos os demais estão impedidos automaticamente de aplicar os recursos, já que o contrato é um só. Do total de US\$ 280 milhões destinados ao programa desde 1994, apenas 46% foram executados até agora.

O representante da Alemanha, Rainer Lotz, atribuiu parte da culpa pelo atraso na execução do programa à falta de maiores desembolsos

da parte dos demais doadores. "A contribuição dos demais países está abaixo do que esperávamos", afirmou. A Alemanha é, de longe, o maior doador e ele considera isso natural, uma vez que a iniciativa de criar o projeto partiu do então chanceler Helmut Kohl. Lotz acredita que as mudanças propostas pelo governo brasileiro precisam ser digeridas pelos doadores, o que exigirá, pelo menos, mais um ano de negociações. A expectativa de Allegretti é de que as mudanças estejam concluídas, no máximo, em seis meses, para obter resultados concretos e atrair novos financiadores.

O embaixador da União Européia no Brasil, Rolf Timans, cobrou um maior envolvimento "de outras autoridades" do governo brasileiro na execução do PPG7. "Não queremos interferir na política interna brasileira, mas precisamos garantir que o dinheiro doado seja usado de uma forma adequada".